



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 16/05/2024 15:31:48.183 - MESA

PL n.1889/2024

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Clodoaldo Magalhães)

Dispõe sobre medidas de apoio a servidores públicos diagnosticados com síndrome de burnout ou outras doenças psiquiátricas que impactem o exercício de atividades laborativas, instituindo o direito a acompanhamento psicológico e redução temporária da jornada de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer medidas de proteção à saúde mental dos servidores públicos, assegurando acompanhamento psicológico e redução de jornada de trabalho aos diagnosticados com síndrome de burnout ou outras doenças psiquiátricas que impactem o regular exercício de suas atividades laborativas.

Art. 2º Será garantido ao servidor público diagnosticado com síndrome de burnout ou outras doenças psiquiátricas, mediante atestado



\* C D 2 4 5 9 6 7 5 8 2 2 0 0 \*

e relatório médico, o direito a:

I - Acompanhamento psicológico regular, custeado pelo órgão empregador;

II - Redução de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho habitual por um período de seis meses, sem prejuízo de seus vencimentos e demais direitos.

Art. 3º O acompanhamento psicológico será realizado por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Psicologia e será ajustado conforme as necessidades específicas do diagnóstico e recomendações médicas.

Art. 4º A redução da jornada de trabalho poderá ser prorrogada por períodos adicionais de três meses, mediante nova avaliação médica e psicológica, comprovando a necessidade de continuidade do tratamento.

Art. 5º O servidor que usufruir da redução da jornada de trabalho manterá sua posição, não podendo ser transferido ou realocado sem sua expressa concordância, exceto por recomendação médica ou necessidade de tratamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa (90) dias, contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



A presente proposta de lei visa estabelecer medidas concretas de apoio a servidores públicos acometidos por síndrome de burnout ou outras doenças psiquiátricas que afetam significativamente sua capacidade de trabalho. Tais medidas incluem o acompanhamento psicológico e a redução da jornada de trabalho pela metade por um período de seis meses, sem prejuízo dos vencimentos do servidor.

A síndrome de burnout, em particular, tem sido cada vez mais reconhecida como uma condição resultante do estresse crônico no ambiente de trabalho que não foi administrado com sucesso. Caracteriza-se por exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal, o que pode comprometer gravemente a saúde e o desempenho dos profissionais. Além disso, outras doenças psiquiátricas, como depressão e ansiedade, também têm impactos profundos na funcionalidade do indivíduo em suas atividades laborais.

Historicamente, a saúde mental foi negligenciada em comparação com a saúde física, especialmente no ambiente de trabalho. No entanto, a saúde mental é essencial para a capacidade geral de trabalho e qualidade de vida dos servidores públicos. A falta de medidas adequadas para tratar condições psiquiátricas no local de trabalho pode levar a um aumento nas taxas de absenteísmo, diminuição da produtividade e elevação dos custos de saúde.

Este projeto de lei surge como um esforço para preencher essa lacuna, fornecendo apoio estrutural aos servidores públicos durante períodos de vulnerabilidade, garantindo que possam recuperar plenamente sua saúde mental sem o medo de perderem seus rendimentos ou posições. A medida proposta não apenas apoia a recuperação individual, mas também promove um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Adicionalmente, ao adotar políticas que promovem a saúde mental, o Estado dá o exemplo como empregador, destacando a importância do bem-estar dos trabalhadores e incentivando o setor privado a adotar práticas similares.



Portanto, solicito o apoio de meus colegas para a aprovação desta lei, que representa um passo significativo para a promoção da saúde mental no serviço público e reflete nosso compromisso com o bem-estar e a eficácia de nossos servidores.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2024.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
**PV/PE**

